

## ENTREVISTA — Técio Lins e Silva

Divulgação

**O que a nova geração de juristas precisa compreender sobre o momento político atual para evitar retrocessos?**

A nova geração de juristas deve ter uma formação democrática sólida. Acreditar nas instituições do Estado, praticar a democracia e ter absoluta crença na liberdade. Melhorar o ensino do direito faria muito bem a tudo isso que falamos até agora.

**A legislação penal brasileira oferece instrumentos suficientes para combater facções, milícias e redes criminosas complexas?**

Sem dúvida nenhuma. A crença fascista de aumentar a repressão, tornar as penas mais rigorosas e o encarceramento desenfreado e sem critérios justos é uma prática burra que não resolve nada. A experiência praticada pelo prefeito Rodrigo Neves, da cidade de Niterói (RJ), é revolucionária. Há presença efetiva do Poder Público nas diversas localidades. Merece a atenção do país pois se trata de um exemplo magnífico que está dando certo e merece ser copiado.

**Em que pontos o processo penal brasileiro dificulta — ou facilita — investigações sobre organizações criminosas?**

Esse tema tem a ver com muitas práticas que a administração pública deve aplicar e não raro se vale do jogo de empurra sem assumir as responsabilidades que dão trabalho, mas podem dar resultados formidáveis. Repito aqui: a experiência da administração municipal de Niterói nesse campo é um exemplo digno de registro e exemplo.

**Como equilibrar operações policiais com a proteção dos direitos fundamentais da população?**

As operações devem ser praticadas se ao mesmo tempo houver investimentos sociais na proteção e desenvolvimento da juventude. Não basta reprimir se não houver uma estratégia de educação e cultura para essa população jovem que está mais vulnerável a esses males.

**Que reformas são indispensáveis para reduzir a influência de organizações criminosas no sistema prisional?**

Pode parecer óbvio, mas a ausência absoluta de investimentos noutras áreas humanas e educacionais é o caldo de cultura dessa realidade alarmante que representa o sistema carcerário.

**O Rio ainda pode recuperar territórios dominados por grupos criminosos?**

Tenho certeza absoluta que sim. Mas é necessário investir além de armar e reprimir.

**O senhor é otimista ou pessimista quanto à possibilidade de reverter**

**"A nova geração de juristas deve ter uma formação democrática sólida. Acreditar nas Instituições do Estado, praticar a democracia e ter absoluta crença na liberdade. Melhorar o ensino do direito faria muito bem"**

**o poder do crime organizado no estado?**

Pergunta que merece outra pergunta: quem estará no poder para o exercício desse sentimento? Do jeito que as coisas estão em alguns estados, o otimismo é um sonho muito distante...

**Em 60 anos de advocacia, poderia citar um episódio que marcou sua carreira?**

Além do exercício da defesa dos perseguidos de toda sorte, ainda me emociono quando lembro que presidi o Conselho Federal de Entorpecentes nos idos de 1985, no Ministério da Justiça da Nova República e retiramos a criminalização da ayahuasca, vegetal de uso ritual, consumido como um chá, oriundo dos Andes (Santo Daime). Nesses 40 anos, não há

**"Creio que o exercício da democracia está diretamente ligado ao fortalecimento das bases do Estado de Direito. Quer dizer, um Poder Legislativo sério e confiável"**

caso de abuso, tráfico ou qualquer outro registro policial. Eis a prova de que a proibição é que estimula o mau uso.

Também me emociona a construção da Defensoria Pública criada por Emenda Constitucional no Estado do Rio de Janeiro, em 1987, antes da Constituição Cidadã, quando fui o primeiro procurador-geral dessa Instituição magnífica produzida pelo Estado de Direito e pioneira no Brasil. Período em que acumulei com a função de secretário de Justiça do Estado do RJ.

**O STF declarou a tese da "legítima defesa da honra" inconstitucional, pois viola os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero. O senhor concorda com esse posicionamento?**

Decisão política que não faz justiça ao Supremo, pois se trata da politização do exercício livre da defesa em sede do Tribunal do Júri, que é a justiça praticada pelo cidadão. Mas o assunto é polêmico e foi politizado ao extremo.

**Tendo participado da defesa de Doca Street, assassino de Angela Diniz, acredita que indiretamente, mesmo sem citar a honra, criminalistas ainda defendem feminicidas com base na vida pregressa da vítima?**

Não sei. Analisar a defesa sem o caso concreto é um exercício de adivinhação impossível de ser feito.

**A partir daquele episódio, o debate sobre violência contra a mulher ganhou nova dimensão no Brasil?**

É possível, não sei dizer. Trata-se de matéria que emociona os debates a seu respeito.

**O senhor acredita que o caso contribuiu para mudanças legislativas ou para a evolução do pensamento jurídico sobre gênero?**

Não disponho dos dados sobre o resultado dessa discussão. Todo debate sobre assuntos polêmicos gera resultados para um lado ou outro da discussão. Sou apenas um advogado criminal, nascido e criado na defesa da liberdade.

**A defesa criminal, muitas vezes, é mal compreendida pela sociedade. Como o senhor lidou com críticas ou interpretações equivocadas sobre seu papel como advogado?**

O juiz que me julga — e com o maior rigor — é a minha consciência. Ela nunca fez 'interpretação equivocada' de minha atuação como advogado. Ao contrário, ela sempre me aplaudiu.

**O caso marcou sua trajetória profissional. Qual reflexão pessoal mais profunda ele deixou?**

Pergunta que vale uma enciclopédia. Foram incontáveis experiências de vida, somadas em 61 anos de vida forense. Talvez a que mais tenha mobilizado a minha emoção foi a defesa que fiz de um cliente ao ouvir o representante do Ministério Público pedir a pena de morte. Eu tinha menos de 30 anos e o cliente era pouco mais velho do que eu. Ganhamos a causa: ele foi condenado à prisão perpétua... No STM, a pena foi reduzida para 30 anos. Com a revogação da Lei de Segurança, foi feita a adaptação pela pena prevista no Código Penal comum, reduzindo-a ainda mais. Aplicou-se então a regra do livramento condicional e, poucos anos depois, ele ganhou a liberdade.

**Se o caso fosse julgado hoje, com o arcabouço jurídico atual e com maior compreensão sobre violência de gênero, as teses de defesa deveriam ser diferentes?**

Impossível dizer.